

# Canalmoz

diário digital

Ano 8 | número 1731 | Maputo, Segunda-Feira 20 de Junho de 2016

Director: Fernando Veloso | Editor: Matias Guente | Propriedade da Canal i, lda

Sede: Av. Samora Machel n.º 11 - Prédio Fonte Azul, 2º Andar, Porta 4, Maputo | Registo: 18/GABINFO-DEC/2009

e-mail: graficocanalmoz@gmail.com | mtsgnt@gmail.com | Telefones: 823672025 - 823053185

## A conversa telefónica de dois dias entre Afonso Dhlakama e Filipe Nyusi

Maputo (Canalmoz) – O presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, anunciou, na passada sexta-feira, que, durante dois dias de conversa telefónica com Filipe Nyusi, alcançou consensos sobre o processo de negociações para a busca da paz.

Numa teleconferência com jornalistas dos principais órgãos de comunicação social nacionais e estrangeiros, Afonso Dhlakama declarou que foi a pedido de Filipe Nyusi que convocara a imprensa, para informar aos moçambicanos e à comunidade internacional sobre a conversa que mantiveram

na quarta-feira e na quinta-feira acerca da crise político-militar.

“Nós os dois chegámos ao entendimento de que tínhamos que arranjar a solução, como moçambicanos, através do diálogo sério. É assim em toda parte do mundo”, afirmou o presidente da Renamo que anunciou a retomada do diálogo na Comissão Mista, que estava interrompido há duas semanas, devido a um impasse sobre os termos de referência para a realização do encontro entre Filipe Nyusi e Afonso Dhlakama.

O presidente da Renamo falava

a partir da Gorongosa, na província de Sofala, onde diz que está a residir. Afonso Dhlakama confirmou que, durante a conversa telefónica, Filipe Nyusi aceitou a participação de mediadores internacionais nas negociações, nomeadamente a União Europeia, a África do Sul e a Igreja Católica.

Convém lembrar que, durante muito tempo, Filipe Nyusi andou a dizer que não tinha como contactar o presidente da Renamo para falar com ele sobre a questão da paz no país.

“Como sabem, havia problemas



por parte do Governo, que não queria ouvir falar da mediação internacional, e a Renamo insistia, com base na experiência que nós temos do passado. É um dos pontos que pude discutir com ele, e fiz-lhe entender que era necessário que houvesse mesmo mediação internacional, da União Europeia, África do Sul e Igreja Católica, e ele acabou por me dizer que sim”, afirmou o presidente da Renamo.

Afonso Dhlakama disse que Filipe Nyusi também aceitou que o encontro entre os dois só poderá acontecer depois de as equipas da Renamo e do Governo chegarem a consenso sobre os quatro pontos que estão na mesa das negociações.

“Quando tudo for cozinhado, já podemos apadrinhar e abraçarmo-nos, para evitar decepcionar o povo de Moçambique e a pró-

pria comunidade internacional”, disse o presidente da Renamo.

Quando questionado pelos jornalistas sobre a possibilidade de um cessar-fogo imediato depois desta conversa com Filipe Nyusi, o presidente da Renamo respondeu que tal cenário é complicado, pois são necessárias garantias de segurança.

“Tudo pode ser negociado para que haja a tranquilidade nas estradas e nas famílias. Gostaria, mas não posso adiantar, porque isto tem implicações. Cessar-fogo significa o quê? Pararmos, você pára, alguém que está escondido ali, você pensa que já está, parámos, alguém vai-te capturar, vai-te matar”, disse.

Afonso Dhlakama declarou também que chegou a entendimento com Filipe Nyusi sobre a Comissão Mista, que actualmente é composta por seis membros, três indicados

por ele, e os outros três mandatados por Filipe Nyusi. Segundo o entendimento agora alcançado, a Comissão Mista deverá ser alargada para doze elementos, sendo seis de cada lado. Essa Comissão Mista vai negociar os quatro pontos sobre os quais se alcançou consenso.

Na quinta-feira, no início da sua deslocação de trabalho à província de Maputo, Filipe Nyusi afirmou, num comício popular, que aceita a presença de mediadores nas negociações entre o Governo e a Renamo, apontando como uma prioridade o fim imediato dos confrontos.

Nyusi afirmou: “Vamos aceitar que haja a intervenção desse tipo de pessoas, mas o importante é que o papel dessas pessoas ajude a acabar com a guerra em Moçambique, para desenvolvermos o país”. **(Bernardo Álvaro)**

## Negociações entre Governo e Renamo deverão incluir mediadores e observadores

Maputo (Canalmoz) – A Comissão Mista encarregada de preparar o encontro entre Filipe Nyusi e Afonso Dhlakama, anunciou, na sexta-feira, 16 de Junho, que o processo de negociações entre o Governo e a Renamo vai envolver mediadores da União Europeia, da África do Sul e da Igreja Católica Romana, mas também outros participantes, designados como “observadores”.

Numa breve declaração à imprensa no final da quinta sessão da Comissão Mista, José Manteigas, um dos mandatários de Afonso Dhlakama, disse que o grupo de trabalho debateu este ponto, faltando acertar a terminologia que deverá ser dada aos mediadores, se serão designados por este nome ou se serão designados “facilitadores”.

Mas José Manteigas garan-

tiu que também serão convidados “observadores” para serem integrados neste processo.

Outra questão debatida na Comissão Mista foi a necessidade da cessação das hostilidades militares o mais rapidamente possível.

O próximo encontro desta Comissão deverá realizar-se na segunda-feira, na sede da Assembleia da República. **(Bernardo Álvaro)**



Serviço de Estafeta, correio expresso, carga e representação  
Av. Zedequias Manganhela, nr 591, 1 andar porta 6 - Maputo  
Tels. 82+9277680, 846606820 e 84-3980788  
Correio eletrónico: sereprel.expresso@teledata.mz

Recolhemos no domicílio e entregamos na porta do destinatário:

- POSTAIS
- CONVITES
- BRINDES
- ENCOMENDAS
- FACTURAS
- PRESENTES
- OUTROS SERVIÇOS DE ESTAFETA

Para mais informação contacte-nos através do endereço indicado.

# Centenas de pessoas saíram à rua contra a guerra e as dívidas escondidas

*“Queremos que o ex-Presidente e o seu Governo respondam por estas dívidas”  
– Alice Mabota presidente da Liga dos Direitos Humanos*

*“Exigir o desarmamento da Renamo é uma falácia. O Governo deve também deixar as armas”  
– Alice Mabota presidente da Liga dos Direitos Humanos*

Maputo (Canalmoz) – Centenas de cidadãos saíram à rua, no passado sábado, numa manifestação pacífica contra a guerra e as dívidas escondidas. Os manifestantes levantaram a voz contra a intolerância política e as execuções sumárias. Empunhando cartazes com diversas mensagens e entoando cânticos, exigiram a responsabilização dos autores das dívidas escondidas e o fim da guerra.

“Atum na lata, ladrão na cadeia” foi um dos dizeres dos cartazes que chamou atenção durante a marcha, que teve o seu início por volta das 8h00 na estátua de Eduardo Mondlane e seguiu o percurso Av. Eduardo Mondlane – Av. Karl Marx – Av. Ho Chi Minh, até desaguar na Praça da Independência.

Em corro, os manifestantes gritaram exigindo a responsabilização pelas dívidas escondidas. A presidente da Liga dos Direitos Humanos, Alice Mabota, disse que acredita que a marcha vai ter algum efeito e que o ex-Presidente e o seu Governo de-

vem responder por estas dívidas.

Sobre a guerra, Alice Mabota afirma que as duas partes devem abandonar as armas, visto que, segundo diz Alice Mabota, a Renamo não luta sozinha.

“Exigir o desarmamento da Renamo é uma falácia. O Governo deve também deixar as armas”, afirma Alice Mabota.

## Polícia serena

A Polícia esteve presente em todo o trajecto da marcha. Armada e com cães, a Polícia, contrariamente ao que tem acontecido em outras manifestações, não interveio.

No final da marcha, a organização da marcha leu um manifesto. A organização afirma: “As explicações dadas pelo Governo tentam fazer-nos crer que a situação será gerível com custos mínimos, mas deixam de lado o essencial: quem são os burlões que lesaram o Estado em 2,2 biliões? Quando serão levados à Justiça? Serão os seus bens confiscados para amortizar a dívida?”.

## Nyusi deve suspender as acções militares

Numa das passagens do manifesto, as organizações não-governamentais que participaram na marcha exigem que Filipe Nyusi “suspenda de imediato todas as acções militares e garanta a transmissão pública e em directo das rondas de negociação entre as partes beligerantes” para que os cidadãos “possam acompanhar a evolução das mesmas, garantindo que possam ajuizar da transparência e honestidade das duas partes”. Querem que Filipe Nyusi garanta a efectiva informação às famílias que “perderam os seus entes queridos em acções militares, pois a maioria só sabe que os filhos ou parentes foram mobilizados, mas desconhece o seu destino, o que é muito cruel”. Consideram que deve “dirigir-se à Nação para apresentar a sua posição sobre a situação da dívida pública, incluindo as medidas a serem tomadas para responsabilização dos culpados e mitigação dos efeitos negativos”.

## atneia

Base de dados da legislação publicada no Boletim da República de Moçambique, I Série, a partir de 25 de Junho de 1975

[www.atneia.com](http://www.atneia.com)

Assine já!  
ou  
peça uma Cotação  
[carina@panbox.co.mz](mailto:carina@panbox.co.mz)

+258 21308040/41  
+258 823146330  
+258 848997399

## hermes

BASE DE DADOS DOS ANÚNCIOS DE CONSTITUIÇÃO DE ENTIDADES LEGAIS EM MOÇAMBIQUE PUBLICADOS NO BOLETIM DA REPÚBLICA, III SÉRIE, A PARTIR DE 25 DE JUNHO DE 1975

[hermes.panbox.co.mz](http://hermes.panbox.co.mz)

Visite o nosso facebook

[www.facebook.com/Canalmoz](http://www.facebook.com/Canalmoz)

Publicidade

### Assembleia da República

Da Assembleia da República, as organizações não-governamentais que participaram na marcha exigem que tome medidas para “repor a normalidade constitucional e venham a público informar as medidas tomadas e a sua relevância na defesa do nosso Estado de Direito”.

### PGR deve investigar

As organizações não-governamentais que participaram na marcha querem que a Procuradoria-

-Geral da República garanta a realização de investigações claras e transparentes, com a participação de uma equipa de técnicos independentes e competentes, nacionais e internacionais, sobre “os assassinatos e execuções políticas, de modo a desmascarar os que montaram e gerem esta máquina de morte e violência; os raptos em Moçambique, para que de uma vez por todas se desmontem as quadrilhas de crime organizado no país; a existência de valas comuns para

a identificação das vítimas, formas de execução e recolha de testemunhos sobre as condições do seu desaparecimento ou rapto; o processo de endividamento, identificando os responsáveis e rastreando para onde o dinheiro foi encaminhado, através de uma auditoria forense independente; que se proceda à abertura de processos judiciais para todas as investigações acima discriminadas e, no caso da dívida pública, confiscação dos bens dos responsáveis”. **(André Mulungo)**

## Ministério da Agricultura apresenta proposta de isenções aduaneiras para o sector

Maputo (Canamoz) – O Ministério da Agricultura vai apresentar, até Agosto próximo, à Assembleia da República, para a debate, uma proposta de legislação para isenção de taxas aduaneiras na importação de equipamento agrícola e fertilizantes.

Segundo o director da Agricultura e Sivicultura, Momed Valá, que falava na sexta-feira, em Maracuene, por ocasião da I Reunião Nacional da Agricultura e silvicultura, um dos pontos levantados pelas associações de agricultores tem a ver com a redução ou eli-

minação de taxas aduaneiras na importação de material agrícola.

Momed Valá diz que, durante a reunião, os agricultores pediram a isenção de taxas aduaneiras na compra de peças de tractores e equipamentos. Acrescentou que isto vai facilitar que os preços baixem e os custos de produção reduzam.

“Temos custos de produção muito elevados. A isenção vai proporcionar maior competitividade. Se forem retiradas todas as taxas na importação de fertilizantes, os produtores vão ter algum subsídio que irá per-

mitir que os produtos tenham preços mais competitivos”, afirmou.

### Competitividade só daqui a dez anos

Momed Valá disse que, se a legislação sobre isenções for aprovada ainda este ano, deverá entrar em vigor até ao primeiro trimestre de 2017. “É esta a competitividade que queremos. Não será de imediato que vamos resolver o problema. Paulatinamente e nos próximos dez anos, vamos ser mais competitivos. **(Cláudio Saúte)**

Canalmoz no

facebook

[www.facebook.com/CanalMoz](http://www.facebook.com/CanalMoz)



Goste da nossa página

Publicidade



# Pobre de um pobre povo com um Governo rico de sujo

Beira (Canalmoz) – Há coisas que, mesmo lavando com muita persistência, jamais ficarão limpas. Uma delas é o Governo. O Governo tenta lavar-se no assunto do descaminho dos fundos, mas, debaixo, há uma nódoa que não sai nem mesmo com lixívia, nem mesmo com “javel”. O Governo tenta minimizar que a crise não afectará o povo, mas a imundície é tamanha que não tem como encobrir, mesmo que o tente, pois tudo está aí à vista desarmada.

O Governo pode usar “omo” para iludir a corrupção, mas há uma marca indelével que nenhum detergente pode remover.

O Governo pode desdobrar-se em explicações, reuniões, conferências, mas, atrás, tem o seu sórdido cortinado, sobre o qual o Governo jamais conseguirá iludir. Está tudo tão sujo, que nem com a farsa, nem com disfarce, jamais ficará limpo.

O Governo pode colocar mil vezes a sua descabelada explicação numa máquina lavadora, para a lavagem da mentira e da corrupção, mas tudo está lá. Intacto no pano. Nem com acetona, não sai. Nem com diluente, também não. Com petróleo, pior.

O Governo tenta usar as suas fórmulas. Mas nem com a manipulação, toda a gente consegue ver o que está lá. Toda a gente consegue ver que o Governo é o factor da insegurança, dos assassinatos, da transparência e da retracção de apoio dos

doadores. Nem com a extravagância de discursos e explicações rascas, a sujidade lá está. Nem com a sua cativadora palavra, não conseguirá doravante atrair a nossa perplexidade. Nem mesmo com a sua técnica cativadora de explicações baseadas na mão externa, não voltará a iludir, porque os agentes causadores da crise económica são da mão interna, devidamente identificados. Nem mesmo com os seus famosos encapsulados que servem de antenas multiplicadoras, toda a gente sabe quem são os agentes da mão interna interessados nesta guerra civil em que o país está mergulhado. Tudo está tão sujo como a água turva, e só o Governo não vê, porque não quer ver.

O país das Maravilhas que o Governo tenta mostrar é esse condenado à tristeza e à amargura, e há intocáveis da nossa classe política responsáveis por este estado desolador que atravessamos, a passearem-se.

O país das Maravilhas que o Governo tenta mostrar ao mundo é a purga levada a efeito pelos seus agentes, a retractação a que tem forçado os jornalistas, para desmentirem o indesmentível. A sujidade do lençol nodoso que toda a gente vê, sem precisar de binóculos, a carniçaria de um Executivo que perdeu o humanismo, o escrúpulo e o respeito pela vida humana.

O Governo pode continuar a tentar branquear-se, pode tentar

maquilhar-se do lado onde está a borra, mas toda a gente sabe onde está exactamente a mancha. Toda a gente sabe quem chantageia os cientistas sociais que têm alertado para o que eles não querem ver, de tão obcecados que estão em esconder os lençóis sujos de lama e de sangue. Toda a gente sabe o nexo de causalidade de toda a saga de violência que se vive no país.

Os assassinatos, as chantagens, as ameaças são reveladores do desespero de que o Governo já não sabe como se lavar, pois, no exercício da forçada esfrega, esgotou o sabão, o “omo”, os diluentes líquidos e em pó para se lavar, e não consegue, mesmo com recurso a desinfectantes. Nem com creolina, este Governo não se limpa. E como nenhuma lavandaria dos seus G40 lhe serve com eficácia, o que resta ao Governo, de consolação, para lavar a sua face sórdida, são as armas contra cidadãos independentes e indefesos.

O único argumento com que esse tristemente Governo conta para salvar a honra, que não tem, o bom nome, de que também não dispõe, a dignidade, que infelizmente deixou escapar-se-lhe, são as balas.

A única substância capaz de lavar esse Governo seria a humildade. Coisa infelizmente com que ele não conta, e está longe de ter.

Pobre de um pobre povo com um Governo rico de sujo. (Adelino Timóteo)

Visite o nosso facebook

[www.facebook.com/Canalmoz](http://www.facebook.com/Canalmoz)

# Jó Capece lança “Resgate do saber das comunidades locais”

Maputo (Canalmoz) – O “Resgate do saber das comunidades locais, sugestões para a melhoria do ensino de Ciências Naturais do 1.º Grau” é a obra que foi apresentada ao público por Jó António Capece, na passada sexta-feira, na cidade da Matola, província de Maputo.

Com prefácio de Alípio Casali, da Universidade Pontifícia de São Paulo, no livro, o autor fala de coisas simples, como uma rede de pesca, um artesanato decorativo, que traduz para uma linguagem físico-matemática.

A obra é editada pela “Publi-Fix”, com financiamento do Fundo Nacional de Investigação, e procura introduzir um olhar crítico e de aprendizagem em Moçambique, principalmente na disciplina de Ciências Naturais no Ensino Primário do primeiro grau.

Ao “Canalmoz”, Jó Capece disse que se trata de um trabalho de pesquisa feito na zona centro do país, nomeadamente em duas comunidades da cidade da Beira e três do Dondo, na província de Sofala, onde trabalhou com cesteiros, artesãos e pescadores do Rio Zambeze.

Essencialmente, o autor diz que foi pesquisar os “saberes lo-

cais”, ou seja, o que é que os cidadãos têm, que eles trabalham e não sabem que nesse trabalho existe ciência que pode ser levada da comunidade para a escola.

“Dessa auscultação, constatei que os saberes que as comunidades locais detêm, quando bem sistematizados, podem e devem ser apropriados e socializados para o currículo oficial”, disse Capece.

Ele diz que os saberes locais possuem elementos que são de grande valor e que devem ser aproveitados para o saber escolar.

Afirma que, por consequência, torna-se urgente que a formação de professores, sobretudo para o Ensino Primário do primeiro grau e na disciplina de Ciências Naturais inclua a possibilidade de apropriação desta riqueza cultural e acientífica que está presente, às vezes de forma latente, na comunidade.

“É minha convicção que, na formação de educadores, deve haver espaço para a criação duma metodologia que leve o educador o “garimpo” à procura dos saberes locais junto às comunidades, para que seja capaz de “aprender” o que existe do universal no saber local, convertendo-

-se no saber escolar”, considera

Jó Capece diz que é sua convicção que, na formação de educadores deve haver a possibilidade de criar uma metodologia que leve o educador à procura dos “saberes locais” existentes na comunidade, para que ele seja capaz de aprender o que existe de universal no saber local, convertendo-o em saber escolar.

Jó António Capece nasceu no Luabo, no distrito de Chinde, província da Zambézia, em Janeiro de 1954. Possui o grau de Licenciatura em Ensino de Física, pelo Instituto Superior Pedagógico (actual Universidade Pedagógica), o doutoramento em Educação de Currículo, pela Universidade Católica de São Paulo do Brasil, e tem pós-graduação em Educação.

Foi professor na Escola Industrial e Comercial “Joaquim Mara”, em Chimoio, professor de Física e director da Universidade Pedagógica na Beira. Actualmente, lecciona e faz regências nas seguintes disciplinas: Métodos de Investigação Científica; Física Estatística e Termodinâmica; Mecânica Quântica e Estatística; Teorias de Desenvolvimento Curricular; Avaliação Curricular. **(Bernardo Álvaro)**

Anuncie no  
**Canalmoz**

Contacte-nos:

canalipdfs@gmail.com ou graficocanalmoz@gmail.com

Telefone: (+258) 82 36 72 025 | (+258) 82 30 53 185 | (+258) 84 31 35 996